

99 INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL PERANTE A DUBLAGEM: USO INDEVIDO DO DIREITO DE IMAGEM E VOZ

Marcelo Negri Soares

Doutor, UniCesumar, Professor, negri@negrisoares.page

Pedro Henrique Nogueira dos Santos

Graduando, UniCesumar, Estudante, Pedro.hns@hotmail.com

Sandro Ignácio de Freitas do Nascimento

Graduando, UniCesumar, Estudante, sandroignacio2002@hotmail.com

INTRODUÇÃO: A emergência da inteligência artificial (IA) tem desencadeado uma série de desafios legais, especialmente no que diz respeito aos direitos autorais, a capacidade das máquinas de produzir conteúdo de forma autônoma levanta a questão crucial: podem as inteligências artificiais serem consideradas sujeitos de direitos autorais? Este questionamento, embora intrínseco ao avanço tecnológico, não encontra respostas definitivas nos arcabouços legais atuais, especialmente no que diz respeito quanto aos direitos daqueles a qual a inteligência artificial utiliza, especialmente aos profissionais da dublagem, nas quais necessitam da voz como principal forma de labor, e subsistência, logo, levanta-se outro questionamento: há quem detêm os direitos das criações da inteligência artificial?

Em uma sociedade majoritariamente digital, à necessidade imediata de compreender e regulamentar o papel das inteligências artificiais na criação e proteção de obras intelectuais, pois, à medida que esses sistemas se tornam cada vez mais autônomos e capazes de produzir conteúdo de forma independente, surge a urgência de estabelecer diretrizes claras para garantir a proteção dos direitos autorais e a justa atribuição de autoria, de maneira que, ao passo que a evolução não é acompanhada de medidas de proteção aos direitos, estes direitos se tornam cada vez mais vulneráveis

O projeto objetiva, principalmente, demonstrar as lacunas existentes na legislação atual em relação aos direitos autorais da inteligência artificial, destacando as consequências negativas de uma falta de proteção jurídica adequada e os impactos que essa falta de regulamentação pode trazer nas profissões que utilizam dos seus direitos personalíssimos como forma de labor e subsistência, e em segundo lugar, a promoção à conscientização sobre a importância de desenvolver políticas e regulamentações que abordem eficazmente essas questões emergentes, exemplificando as mazelas que a negligência às novas tecnologias podem trazer no âmbito jurídico.

De mesmo modo, é importante reconhecer as limitações deste estudo, dada a natureza em constante evolução da tecnologia e do direito, este projeto pode não abordar todas as nuances e desafios associados aos direitos autorais da inteligência artificial, além disso, as soluções propostas podem ser sujeitas a revisão à medida que novas informações e desenvolvimentos surgem neste campo em rápida transformação.

PROBLEMA DE PESQUISA: O avanço rápido da inteligência artificial (IA) tem gerado desafios significativos no campo dos direitos autorais e personalíssimos, pois à medida que as máquinas se tornam cada vez mais capazes de criar conteúdo de forma autônoma, surge a questão fundamental: quem deve ser considerado o autor de uma obra gerada por uma

IA? A legislação tradicionalmente concede direitos autorais e personalíssimos a criadores humanos, mas a ascensão das máquinas autônomas desafia essa concepção.

A problemática central reside na dificuldade de atribuir autoria em obras criadas por IA, uma vez que a criatividade é resultado de algoritmos e processos automatizados, muitas vezes sem intervenção humana direta, logo, levantando questionamentos sobre como garantir uma distribuição justa de direitos autorais e reconhecimento aos verdadeiros criadores, ao mesmo tempo em que se respeitam os direitos personalíssimos, como o direito de imagem e voz.

Além disso, as leis existentes em relação aos direitos autorais e personalíssimos não estão adequadamente preparadas para lidar com esses desafios, a falta de clareza e consistência nas legislações agrava a situação, deixando lacunas significativas na proteção dos direitos dos criadores e na promoção da tecnologia emergente.

OBJETIVO: O objetivo geral desta pesquisa é analisar e propor soluções para as questões relacionadas aos direitos autorais e personalíssimos no contexto da inteligência artificial (IA), com foco na atribuição de autoria às obras geradas por sistemas autônomos, para atingir esse objetivo principal, os objetivos específicos constam identificar as lacunas existentes na legislação atual em relação aos direitos autorais e personalíssimos no contexto da IA, avaliar as consequências negativas da falta de proteção jurídica adequada para os criadores e para a promoção da inovação, propor novas abordagens legais e políticas que reconheçam e protejam os direitos autorais e personalíssimos das obras produzidas por IA, Promover a conscientização sobre a importância de desenvolver políticas e regulamentações que abordem eficazmente essas questões emergentes, avaliar a viabilidade e eficácia das soluções propostas por meio da análise de casos e estudos de jurisprudência.

Ainda, esses objetivos serão alcançados por meio da realização de uma pesquisa teórica e descritiva, que envolverá a análise da legislação vigente, estudos de casos, análise comparativa com jurisprudência nacional e internacional, e discussões com especialistas no campo do direito autoral e da inteligência artificial.

MÉTODOLOGIA: A pesquisa proposta adotará uma abordagem hipotético-dedutiva, buscando investigar e analisar os desafios relacionados aos direitos autorais da inteligência artificial (IA) por meio de uma ampla revisão da literatura existente, possibilitando a coleta de uma vasta gama de dados provenientes de artigos científicos, livros e revistas científicas, além de considerar o processo decisório jurisprudencial e precedentes legais.

Esta pesquisa se propõe a solucionar um problema atual da sociedade, abordando as questões emergentes relacionadas aos direitos autorais e personalíssimos no contexto da IA, ao focar em uma determinada classe emergente de trabalhadores, como os criadores de conteúdo e profissionais que utilizam dos seus direitos personalíssimos como forma de subsistência, esta pesquisa não apenas ajudará a entender as causas e consequências das decisões relacionadas à atribuição de autoria em obras de IA, mas também fornecerá insights valiosos para o desenvolvimento de políticas e práticas mais justas e éticas neste campo em rápida evolução.

RESULTADOS ALCANÇADOS: Os resultados alcançados pela pesquisa revelaram uma série de desafios significativos relacionados aos direitos autorais e personalíssimos no contexto da inteligência artificial, a análise da legislação vigente e da literatura demonstra

lacunas na legislação atual em relação à atribuição de autoria às obras geradas por sistemas autônomos de IA, essas lacunas têm levantado questionamentos sobre como garantir uma distribuição justa de direitos autorais e reconhecimento aos verdadeiros criadores, especialmente considerando profissionais que dependem de seus direitos personalíssimos, como criadores de conteúdo e profissionais da dublagem que utilizam voz e imagem como forma de subsistência, esclarecendo as consequências que a falta de proteção jurídica adequada para os criadores e para a promoção da inovação causa, a ausência de clareza e consistência nas legislações agrava a situação, deixando lacunas significativas na proteção dos direitos dos criadores e na promoção da tecnologia emergente.

FONTES FINANCIADORAS: Trabalho financiado pela UniCesumar no PIC Programa de Iniciação Científica

REFERÊNCIAS:

CARRÁ, Bruno Leonardo Câmara; LEMOS, Livia Oliveira. Inteligência artificial e direitos autorais: desafios e propostas. **Civilistica**. com, v. 13, n. 1, p. 1-27, 2024.

CORDIOLI, Hiago Andrioti; CANAVEZ, Luciana Lopes. **Abuso do Direito nos Contratos de Direitos Conexos na Dublagem Brasileira: Causa de Nulidade Contratual**. Anais do XIV CODAIP - Congresso de Direito de Autor e Interesse Público (Curitiba, PR).

Organizadores: Marcos Wachowicz, José Augusto Fontoura Costa, Sérgio Said Staut Jr e Marcia Carla Pereira Ribeiro, p. 325. 2021. Disponível em:

https://www.researchgate.net/profile/Paula-Carina-De-Araujo/publication/350194046_A_producao_cientifica_sobre_plagio_indexada_na_Biblioteca_Digital_SciELO/links/6055f0dca6fdccbfefaf15f96/A-producao-cientifica-sobre-plagio-indexada-na-Biblioteca-Digital-SciELO.pdf#page=325, acesso em: 03.Mai.2024.

MARQUES, Ana Paula Lemos Baptista. Inteligência artificial no meio ambiente de trabalho e a violação aos direitos da personalidade; Maringá, 2018

SOARES, Marcelo Negri; MEDINA, Valéria Julião Silva. A Inteligência Artificial como instrumento de acesso à justiça e seus impactos no direito da personalidade do jurisdicionado. **Revista de Direito Brasileira**, v. 26, n. 10, p. 277-291, 2020.